

NUTRIÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Joracy Mendes Lima dos Reis(1)

A nutrição sempre esteve vinculada à saúde e à renda da população. Na presente década, porém, centrou-se a atenção no caráter multifacético e variável dos problemas nutricionais e, pela primeira vez, na Conferência Internacional sobre Nutrição (CIN), foi dada ênfase na utilização dos resultados nutricionais como indicadores do processo de desenvolvimento econômico e social dos países.

A referida CIN foi realizada de 5 a 11 de dezembro em Roma (Itália), convocada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), tendo a participação de representantes dos governos, de organizações não governamentais, da iniciativa privada e organizações locais nas áreas de Saúde, Agricultura, Economia e Educação, de cerca de 150 países.

Constituiu-se em um evento de maior importância para a humanidade, onde cerca de 780 milhões de pessoas no mundo padecem de desnutrição crônica, por consumirem menos que os requerimentos energéticos mínimos necessários para levar uma vida sã e produtiva. Aproximadamente 13 milhões de crianças menores de 5 anos de idade morrem anualmente por infecções e enfermidades causadas direta ou indiretamente pela fome e desnutrição; 1,5 bilhão de pessoas (28% da população mundial) sofrem de anemia, por deficiência de ferro; 13 milhões de crianças são vítimas potenciais de xerofthalmia (doença de vista que pode causar cegueira) em decorrência da não ingestão de vitamina "A"; 217 milhões de pessoas (4% da população mundial) têm capacidade física e mental comprometida pela falta de iodo, sendo que 211 milhões pade-

cem de bócio e 6 milhões de cretinismo.(2)

A produção mundial de alimentos, a despeito do crescimento demográfico, é hoje mais do que suficiente para atender as necessidades de consumo da população. O desdobramento de sua distribuição aos níveis regionais, nacionais e individuais é que revela um quadro de extrema desigualdade.

Ao longo das últimas décadas, a proporção de pessoas desnutridas tem decrescido no mundo, de uma maneira geral, e a expectativa de vida aumentado, principalmente devido à diminuição de morte por doenças infecciosas. A população chega a viver mais, porém, não necessariamente melhor.

Antes da CIN foram realizadas reuniões preparatórias na cidade do México, abrangendo os países da América Latina; em Kingston (Jamaica), para os países do Caribe de língua inglesa e em Genebra (Suíça), para os outros países. Na reunião do México, foram elaborados dois documentos: Declaração da América Latina para enfrentar o Desafio Nutricional e o Plano de Ação Regional; em Kingston, a Declaração de Consenso e Plano de Ação do Caribe, visando o bem-estar nutricional da população e, em Genebra, foi produzida uma publicação intitulada Nutrição e Desenvolvimento: Uma

(1) Técnica da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

(2) OMS - Organização Mundial de Saúde.

BR0702080

501

Avaliação Mundial.

Nas reuniões, foram enfrentadas situações limites, como a tendência norte-americana a consumir gorduras, enquanto nos países do terceiro mundo, ficou constatado que necessitam de maior consumo de calorias para aumentar a sobrevivência; nos países mediterrâneos e certas partes da Ásia, estudos recentes demonstraram que a dieta alimentar contribui para uma baixa incidência de doenças cardíacas e de outras doenças; nos países de língua inglesa do Caribe, a única deficiência de micronutriente é de ferro, enquanto que nos países da América Latina, além de ferro, há carência de vitamina "A", iodo, etc.

Neste artigo iremos nos deter nos resultados da reunião do México, onde o Brasil participou juntamente com 18 países da América Latina.

No referido evento, identificou-se que os problemas alimentares e nutricionais das nações latino-americanas foram agravados, nos últimos anos, por políticas macroeconômicas de ajuste estrutural que os países são forçados a enfrentar e que têm influído de maneira determinante para a contenção do gasto social, afetando os grupos mais vulneráveis da população, reduzindo os investimentos, que absorvem grande quantidade de mão-de-obra e limitando o acesso da população aos alimentos.

A magnitude da crise e as obrigações derivadas da dívida externa estão ocasionando uma menor inversão de recursos em ações preventivas de atenção à saúde e à educação, o que tem deixado desprotegidos os grupos vulneráveis (principalmente mães e crianças), favorecendo a deterioração social e biológica e afetando o desenvolvimento humano.

A má nutrição energética-protéica das populações mais pobres dos países subdesenvolvidos atinge, prioritariamente, mães e crianças menores de cinco anos de idade, sendo o risco de vida para

estas, cerca de 20% maior do que para aquelas dos países desenvolvidos.(3)

A taxa de mortalidade infantil vem decaindo na América Latina. Existe, no entanto, uma população de 180 milhões de crianças desnutridas nesses países, habitando em bolsões de miséria.(3)

A redução do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, a diminuição dos salários reais, o aumento do nível de desemprego, a deterioração do meio ambiente, o debilitamento da agricultura de subsistência, a marginalização das minorias, o crescimento populacional e o ativo processo de urbanização estão influyendo de maneira negativa na segurança alimentar e nutricional de amplos setores da população e no aumento da pobreza. O processo inflacionário na América Latina, na última década, comprimiu a capacidade aquisitiva, principalmente dos setores mais carentes.

A urbanização intensiva, associada à pobreza rural, está provocando uma séria contaminação das águas e do meio ambiente em geral. A recente epidemia de cólera em países da América do Sul tem ensejado o descobrimento de graves deficiências no abastecimento e tratamento de águas servidas e nas más condições de higiene pessoal e saneamento ambiental.

A falta de saneamento básico nos países da América Latina é um problema crucial, porque traz como conseqüência a diarreia infantil (que mata milhões de crianças menores de cinco anos) e a esquistossomose. As deficiências sanitárias são responsáveis pelo avanço da hanseníase, da malária e do cólera, sendo que o acúmulo de lixo nas metrópoles favorece a proliferação da leptospirose.

A má nutrição tanto ocorre por deficiência de alimentação (anemia, hipovitaminose "A", bócio, etc.), como por excesso de consumo alimentar e dietas inadequadas, que são fatores de risco no aumento da incidência de enfermidades relacionadas com a nutrição, tais como

obesidade e diabetes. O consumo em demasia de gordura, açúcar, sal e a não ingestão de fibras, micronutrientes, frutas e verduras têm contribuído para aumentar o número de mortes por cardiopatias, diversos tipos de câncer e outras doenças. Intensivos programas de educação alimentar e nutricional e a informação pública para tomada de consciência da população, sobre a adoção de regimes alimentares com a combinação adequada de nutrientes e estilos de vida saudáveis, favorecem a redução da ocorrência de inúmeras doenças.

A má nutrição inclui os aspectos ligados à qualidade e sanidade dos alimentos, onde a contaminação biológica e a transmissão de doenças por alimentos é uma preocupação constante dos governos, constituindo-se num sério problema de saúde pública. Exemplos disso são as enfermidades por via alimentar, como cólera, hepatite, tifo, etc.

Um problema que atinge proporções mundiais é o relativo a perdas de alimentos, devido à contaminação por toxinas produzidas por fungos e por agentes biológicos e químicos, além do desperdício na produção, manuseio, transporte, armazenagem e comercialização dos produtos.

O efeito combinado infecção e desnutrição constitui um problema de saúde pública, onde várias medidas devem ser adotadas pelos países, principalmente na atenção primária da saúde, como as imunizações (vacinações contra o tétano, paralisia infantil, difteria, sarampo, tuberculose e coqueluche) e o fomento ao aleitamento materno.

Anteriormente, considerava-se que a melhor forma de garantir a segurança alimentar consistia na estabilização dos mercados de produtos agroalimentares e na criação de armazéns, como forma de proteger a população das flutuações cíclicas da produção. Neste encontro no México, ampliou-se a questão da segurança alimentar e passou-se a reconhecer outras variáveis, o qual

(3) Banco Mundial, Indicadores Sociais de Desenvolvimento - 1991/92.

incluía o conceito de nutrição. Para alcançar o crescimento e desenvolvimento econômico e social dos países faz-se necessário: o acesso aos alimentos em quantidade suficiente e qualidade; a geração de empregos, através da execução de obras públicas; a realização de subvenções alimentares; o fomento à agricultura comunitária em pequena escala; o incremento da cooperação internacional para treinamento, aperfeiçoamento e transferência de tecnologia, etc.

As políticas setoriais não devem se restringir aos balanços internos de disponibilidade alimentar, mas contemplar a sua distribuição,

promovendo a vigilância nutricional, identificando e quantificando os grupos vulneráveis. A vigilância nutricional é realizada a partir de uma composição de sistemas multidisciplinares de análises, onde estejam tanto as ciências de saúde (nutrição, epidemiologia e saúde pública, etc.), como de economia, agronomia, demografia e outras da área social.

No documento resultante da reunião preparatória do México constou, dentre outras coisas, a reiteração do direito de cada ser humano a uma nutrição adequada, mediante uma alimentação digna, suficiente e saudável, assim como o

acesso permanente aos serviços sociais básicos: atendimento médico, planejamento familiar, nutrição e educação primária da população.

A Conferência Internacional sobre Nutrição funcionou como um compromisso de uma visão mundial do futuro, criando condições necessárias para uma ação que enfrente não só os sintomas, mas também as causas da fome e da desnutrição. Estas, deixam de se relacionar estritamente aos problemas da agricultura ou de saúde, para serem analisados e corrigidos, enquanto essência mesma do próprio conceito * de desenvolvimento econômico e social dos países.

"O MERCOSUL E AS IMPLICAÇÕES PARA A PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ALIMENTOS"

Sônia Milagres Teixeira (1)

1. INTRODUÇÃO

A integração econômica do Brasil no MERCOSUL tem suscitado interesse de técnicos e empresários do setor agrícola que, mesmo reconhecendo a importância da medida para os outros setores da economia brasileira, questionam suas consequências. A posição brasileira no mercado agrícola internacional é expressiva se se consideram sua posição histórica dominante no mercado de café e, recentemente, a diversificação do setor, com posição decisiva no mercado da soja e do suco de laranja. Localizado entre as maiores agriculturas exportadoras, o Brasil participa das negociações do GATT com os treze paí-

ses do grupo de CAIRNS, identificados como "agriculturas exportadoras não subsidiadas". Também não desprezível constitui a posição relativa do país no mercado importador de alimentos, chegando a absorver cerca de 5% do volume total comercializado de trigo e localizando-se entre importadores líquidos de arroz.

Esse mercado agrícola internacional, referido por muitos, como em processo de desordem (2), é delicado por envolver questões complexas relacionadas ao bem-estar das populações dos países envolvidos, num contexto mais amplo das preocupações com equidade e risco à segurança alimentar, muito além dos esforços políticos de dife-

renciados grupos de interesse.

Nas economias em desenvolvimento, em geral importadoras de alimentos, além do isolamento provocado pelo protecionismo no mundo industrializado, políticas governamentais discriminam contra a agricultura, não apenas pelo aviltamento dos preços no controle à inflação como pela taxa implícita causada pela manipulação do câmbio e isolamento dos mercados internos dos preços também aviltados em nível internacional. O bem-estar geral das populações é reduzido assim como a possibilidade de garantir segurança alimentar. Se a população continua a crescer a taxas aproximadas de 2% ao ano e, com a recuperação econômica, crescimento da renda per capita cerca de 3 a 5%, a demanda brasileira por alimento deverá crescer cerca de 4 a 5% (elasticidade renda da demanda 0.6).

Intervenções dos governos para estabilizar e elevar preços aos países industrializados contribui para preços declinantes e instáveis em nível internacional, significando também que, se todos os países reduzissem seu isolamento do mercado internacional, simultaneamente,

E70

(1) Técnica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA.

(2) Veja Tyres e Anderson, 1992; Johnson, 1973.

890700001